

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: Haddad pede e Guedes deixa de renovar corte de imposto de combustíveis	2
Título: Negociação com MDB, União Brasil e PSD atrasa ministério	3
Título: Rússia veta venda de petróleo a país que usar teto de preço	6
Título: Destaques	7
Título: Estatuto dificulta mudança no teto de voto na Eletrobras	9
Título: Vale muda gestão e foca em ganho operacional.....	11
Título: Minas Gerais avalia tornar a Cemig uma ‘corporation’	13
VEÍCULO: Estado de S. Paulo	15
Título: Matriz energética do País já mudou	15
Título: Lula tenta destravar ministros de siglas aliadas após fechar com Tebet	17
Título: Lula barra prorrogação da desoneração.....	19
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	20
Título: Haddad pede que Bolsonaro não prorrogue desoneração de tributos sobre combustíveis	20
VEÍCULO: O Globo	21
Título: No setor privado, foco em corte de custos e investimento em energia renovável.....	21
Título: De olho na Eletrobras: Novo governo busca elevar influência na empresa. Analistas veem risco de judicialização	22
Título: Ações da companhia fecham em baixa com temor de interferência	25
Título: Isenção sobre combustível só será decidida em 2023	26
Título: Transição quer fundo para estabilizar preço de combustível	27
Título: Equilíbrio sensível: Com queda do ICMS, dinheiro da Cedae e alta dos royalties ajudam a fechar o orçamento	29

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/12/2022****Seção: Brasil****Autor: Fabio Murakawa e Estevão Taiar — De Brasília****Título: Haddad pede e Guedes deixa de renovar corte de imposto de combustíveis**

Futuro ministro disse que atual concordou em não tomar medidas que impactem governo eleito e não vai prorrogar desoneração de PIS/Cofins e Cide sobre gasolina e diesel

O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), telefonou ontem para o ministro da Economia, Paulo Guedes, a fim de pedir que a atual gestão “se abstenha de tomar qualquer medida que venha a impactar o futuro governo”. O telefonema foi realizado em meio à possibilidade de o governo Jair Bolsonaro prorrogar a desoneração dos combustíveis, que se encerra no próximo dia 31, véspera da posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como presidente.

“Telefonei para que o governo atual se abstenha de tomar qualquer medida na última semana que venha a impactar o futuro governo”, disse ontem Haddad a jornalistas no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), onde está sendo realizada a transição de governo. “Sobretudo em temas que podem ser decididos daqui a dez dias, daqui a 15 dias, daqui a um mês, sem qualquer atropelo. Para que a gente tenha a sobriedade de fazer cálculo de impacto, verificar a trajetória do que a gente espera nas contas públicas ao longo dos próximos anos”.

Segundo Haddad, Guedes “respondeu afirmativamente, que ia recomendar nesta semana que não se tomasse nenhuma medida que impactasse o futuro governo”.

Mais cedo na terça-feira, fontes do governo federal informaram a jornalistas que havia um acordo entre a atual gestão e o governo eleito para prorrogar a desoneração por 30 dias. A desoneração de tributos federais como o PIS/Cofins e a Cide foi feita em meados deste ano pelo presidente Jair Bolsonaro a fim de mitigar o impacto da guerra da Ucrânia nos preços dos combustíveis. Nos cálculos do Ministério da Economia, a manutenção do corte de impostos equivale a perda de R\$ 52,9 bilhões para os cofres da União em 2023.

Questionado sobre o possível impacto inflacionário da reoneração, Haddad admitiu que esta é uma preocupação. Mas disse que o próximo governo tomará uma decisão a respeito considerando uma série de variáveis.

“Vamos aguardar a nomeação da Petrobras. Nós temos expectativa em relação a muitas variáveis que impactam essa decisão. A trajetória do dólar, do preço internacional do petróleo. Tem uma série de coisas que vão acontecer. Então, para a gente não tomar nenhuma decisão açodada, o governo atual se abstém e a gente com calma avalia”, disse.

Ele também foi questionado sobre a possibilidade de criação de um fundo para amortecer os preços dos combustíveis, que tramita no Congresso, mas evitou responder se é favorável ou não à medida.

“Nos primeiros dias de janeiro nós vamos apresentar nosso plano para cobrir o rombo que foi aberto em 2022 nas contas públicas. Nós tivemos um cenário do meio do ano para cá muito preocupante, que tem que ser enfrentado. E nós vamos enfrentar a partir de janeiro do ano que vem”, afirmou.

Durante a transição de governo, no início deste mês, o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento Nelson Barbosa já tinha defendido que em algum momento o governo eleito aumentasse novamente a cobrança de impostos federal sobre combustíveis. Mas disse que era importante que fossem levados em conta diversos fatores para decidir o momento da alta, como “inflação, crescimento, juros”. Barbosa fazia parte do grupo de economia da equipe de transição e é um dos interlocutores de Lula na área econômica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/12/2022

Seção: Polírix

Autor: Andrea Jubé, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

Título: Negociação com MDB, União Brasil e PSD atrasa ministério

A quatro dias da posse, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda tem que anunciar o lote final de 16 ministros, além dos presidentes do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobras, conforme mostrou o **Valor** na segunda-feira.

Esse anúncio é aguardado para quinta-feira (29), segundo fontes do gabinete de transição. Para cumprir esse prazo, Lula resolveu o impasse com a senadora

Simone Tebet (MDB-MS) e intensificou as conversas para definir os espaços dos indicados pelas bancadas do MDB, União Brasil e PSD na Câmara dos Deputados. O PSD pode ter três ministérios, assim como o MDB, enquanto União Brasil pode ficar com duas pastas.

A Esplanada lulista contará com 37 ministérios, dos quais 21 titulares já foram anunciados, bem como o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante.

Em 2002, após a primeira vitória nas urnas, Lula também não teve pressa em montar o time do primeiro escalão: ele divulgou o último lote de ministros no dia 23 de dezembro, antevéspera do Natal.

A articulação com o MDB avançou, com a decisão de indicar Simone Tebet, terceira colocada na eleição presidencial, para o Ministério do Planejamento, bem como o senador eleito Renan Filho (MDB-AL) para o Ministério dos Transportes, como representante da bancada de senadores.

A pendência com o MDB envolve o indicado da bancada de deputados, que deve ser agraciada com o Ministério das Cidades, uma das pastas mais concorridas da Esplanada, pelo orçamento vultoso e pelo programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, que será retomado.

O nome mais forte hoje é o do empresário Jader Filho, irmão do governador reeleito do Pará, Helder Barbalho (MDB), filho do senador Jader Barbalho (MDB-PA) e presidente do partido no Estado. O MDB do Pará tornou-se o diretório mais forte na Câmara ao eleger nove dos 42 integrantes da bancada.

Parte da bancada prefere o deputado José Priante (MDB-PA), primo de Helder. Mas a favor de Jader Filho pesa o fato de que ele e o governador fizeram campanha aberta para Lula e ajudaram a eleger o deputado Beto Faro (PT) para o Senado.

Em paralelo, Lula precisa desatar os nós do União Brasil e do grupo multipartidário do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que envolve cerca de 150 deputados. Apesar da pressão pública de petistas contra a escolha do líder do União, deputado Elmar Nascimento (BA), para o Ministério do Desenvolvimento Regional, o partido que elegeu 59 deputados decidiu manter a indicação. Elmar também é o nome avalizado pelo grupo político de Arthur Lira.

Elmar virou alvo de petistas pela ligação com o ex-prefeito de Salvador ACM Neto (União Brasil), adversário do PT na Bahia. Durante a campanha, Elmar chamou Lula de “ladrão” e “condenado”, fato lembrado pelos petistas em cartas públicas e redes sociais.

Parlamentares do União Brasil jantaram nessa segunda-feira (26) em Brasília com Elmar e com o presidente do partido, Luciano Bivar (PE), e o vice-presidente, Antonio Rueda. No encontro, a indicação de Elmar como representante da bancada foi reafirmada.

A deputada professora Dorinha Rezende (TO), eleita senadora, é outro nome escolhido pelo União para compor o ministério, mas seu espaço está indefinido.

Em paralelo, Lula ainda não contemplou os 42 deputados do PSD. O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), afirmou ao **Valor** nessa terça-feira (27) que recebeu garantias de interlocutores de Lula de que não há veto ao deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) para compor o ministério por causa das denúncias, já rejeitadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de suposta agressão à ex-mulher. Pedro Paulo é cotado para assumir o Ministério do Turismo.

O PSD ainda pode comandar dois ministérios, com nomes indicados pelo Senado. O senador Carlos Fávaro (PSD-MT) deverá assumir o Ministério da Agricultura e Pecuária. Já o senador Alexandre Silveira (PSD-MG) ficará à frente do **Ministério de Minas e Energia**, contemplando o grupo político do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Esses nomes estão confirmados nos bastidores, mas ainda não foram anunciados. Ampliando a cota do PT, o deputado federal Paulo Pimenta (RS) assumirá a Secretaria de Comunicação Social (Secom), que voltará à estrutura do Palácio do Planalto, e o deputado reeleito e secretário-geral do PT, Paulo Teixeira (SP), levará o comando das Comunicações.

Ainda deve ficar na cota do PT a pasta do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Resta definir os titulares de Pesca e Aquicultura e da Previdência Social. Lula deve confirmar a ex-jogadora de vôlei Ana Moser no Ministério do Esporte. E a deputada eleita pelo Psol de São Pau favorita para o Ministério dos Povos Indígenas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/12/2022****Seção: Internacional****Autor: Bloomberg — De Moscou****Título: Rússia veta venda de petróleo a país que usar teto de preço**

A Rússia proibiu a venda de petróleo e derivados russos para empresas de países que aderirem ao teto de preços do Ocidente, mas evitou adotar medidas de retaliação mais drásticas que poderiam criar problemas maiores no fornecimento mundial de petróleo.

A restrição às exportações do petróleo russo entrará em vigor em 1º de fevereiro e durará pelo menos até julho, segundo decreto publicado ontem. No caso dos derivados de petróleo, a data ainda não foi definida pelo Kremlin, mas não será antes de 1º de fevereiro.

A restrição se aplica a “contratos de fornecimento que, direta ou indiretamente, utilizam o mecanismo de fixação de um teto de preço”, diz o decreto presidencial. “A proibição está em vigor para todos os estágios até o comprador final.”

As diretrizes russas evitam medidas extremas que o mercado temia que pudessem prejudicar ainda mais o comércio, como determinar um preço mínimo para seu petróleo ou proibir países específicos de comprar petróleo russo.

O principal tipo de petróleo da Rússia já é negociado abaixo do teto de US\$ 60 por barril estabelecido pela União Europeia (UE) e pelo G-7, o que significa que a maior parte do comércio pode prosseguir independentemente da proibição. Os EUA e a UE já suspenderam as compras de petróleo russo, o que sugere que o decreto pode ter um impacto inicial limitado.

Viktor Katona, analista da Kpler, disse que “o decreto é vago demais” e “não inclui nenhuma das contramedidas sinalizadas pela Rússia, como estabelecer um diferencial mínimo de preço”. Para Katona, o decreto serve principalmente como documento-quadro.

O decreto do presidente Vladimir Putin encarrega o governo de preparar novos atos jurídicos para se contrapor ao teto de preço do Ocidente. Segundo fontes, a Rússia acompanhará os desdobramentos no mercado mundial de petróleo durante o primeiro trimestre de 2023 para ver o impacto do teto de preço antes

de decidir se tomará outras medidas de retaliação, como adotar um preço mínimo.

O mercado esperava pela resposta de Moscou ao teto de US\$ 60 por barril desde 5 de dezembro, quando entrou em vigor o limite para exportações de petróleo da Rússia por via marítima decidido pelo G-7, grupo que reúne as sete maiores economias ricas.

O teto de preço significa que qualquer importador que queira ter acesso a uma variedade de serviços vitais do Ocidente, especialmente na área de seguros, só poderá fazê-lo se pagar US\$ 60 ou menos pelo barril do petróleo russo. A medida visa reduzir a receita que o Kremlin usa para financiar seu ataque à Ucrânia e, ao mesmo tempo, manter o fluxo do petróleo para o mercado mundial. O nível de preço será revisto a cada dois meses.

Na semana passada, Putin disse que o limite atual não causará perdas para a economia, o orçamento ou o setor de energia da Rússia, já que hoje o país vende seu petróleo por preço semelhante. O principal tipo de petróleo do país, o Urals, tem sido negociado bem abaixo dos níveis de referência globais.

Ainda assim, o vice-premiê russo Alexander Novak afirmou que a produção de petróleo da Rússia pode cair entre 500 mil e 700 mil barris por dia no início do ano que vem, o que equivale a cerca de 5% a 6% da produção atual do país.

“Vamos tentar encontrar um terreno comum com nossos parceiros para evitar esses riscos”, disse Novak na sexta-feira. “Mas neste momento preferimos correr o risco de um corte na produção do que manter uma política de vender de acordo com o teto.”

A produção diária média da Rússia foi de 10,9 milhões de barris no mês passado, a maior dos últimos oito meses, segundo dados do setor aos quais a Bloomberg teve acesso. Novak disse que é provável que a produção anual de petróleo da Rússia neste ano cresça para 535 milhões de toneladas, o que equivale a cerca de 10,74 milhões de barris/dia, com base em uma relação de 7,33 barris por tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/12/2022

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Minério**avança**

As medidas de estímulo à economia e o relaxamento da política de covid zero na China seguem impulsionando os preços das commodities metálicas e levaram o minério de ferro a marcar, ontem, o nível mais elevado em cinco meses. Segundo índice Platts, da S&P Global Commodity Insights, o minério com teor de 62% de ferro avançou 1,9% no norte da China, a US\$ 114,65 por tonelada. Com isso, a principal matéria-prima do aço passou a exibir valorização de 13,4% em dezembro. No ano, as perdas no mercado à vista foram reduzidas a 3,7%. Na Bolsa de Commodity de Dalian (DCE), os contratos mais negociados, com entrega em maio, subiram 1,5%, a 833 yuan por tonelada.

BNDES**financia****CBA**

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R\$ 565 milhões para a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), que vai modernizar seus fornos de eletrólise em sua fábrica em Alumínio (SP). O financiamento, que ocorre por meio do Finem Fundo Clima e do Finem Meio Ambiente, será usado principalmente para aquisição de máquinas e equipamentos, montagem eletromecânica e materiais de instalação. Os investimentos da CBA neste projeto fazem parte da agenda ESG 2030. Um dos objetivos, até 2030, é reduzir em 40% as emissões de gases de efeito estufa em sua produção - desde a mineração até os produtos fundidos, tendo com ano base 2019.

Escoamento**de****gás**

A Petrobras assinou o contrato do Sistema Integrado de Processamento de gás natural (SIP), que permite a inclusão da CNOOC Petroleum Brasil ao Sistema Integrado de Escoamento de gás natural da Bacia de Santos (SIE-BS). Dessa forma, a CNOOC estará autorizada a escoar o gás natural oriundo do campo de Búzios, por qualquer uma das rotas do SIE-BS e processá-lo nas plantas da Petrobras. Isso viabiliza que a CNOOC possa atender ao mercado a partir de 1º de janeiro de 2023. O acordo foi assinado em conjunto com Petrogal Brasil, Repsol Sinopec Brasil e Shell Brasil, sócios nos gasodutos offshore do pré-sal da Bacia de Santos, onde o campo de Búzios da CNOOC está localizado.

Renovação**da****Compagas**

A Copel informou que a Compagas celebrou na terça-feira (27) o contrato que renova por 30 anos a concessão referente à exploração do serviço público de fornecimento de gás canalizado, com exclusividade de distribuição, no Estado do

Paraná. A renovação da concessão exigiu que fosse adotado o modelo regulatório “price-cap”, de tarifa-teto, em substituição ao modelo atual, do tipo “cost plus”. Além disso, também foi estipulada uma remuneração com base no custo médio ponderado de capital (WACC), inicialmente de 9,125% ao ano. A base de remuneração regulatória líquida inicial será de R\$ 647,8 milhões e o bônus de outorga ficará em R\$ 508 milhões em favor do Estado do Paraná. O investimento esperado até 2054 é de R\$ 2,5 bilhões e o plano indicativo inclui a interiorização nas 10 mesorregiões do Paraná. A Copel detém 51% da Compagas, e a concessão permitirá a continuidade dos trabalhos da empresa de alienação da totalidade de sua participação nesse ativo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/12/2022

Seção: Empresas

Autor: Fábio Couto — Do Rio

Título: Estatuto dificulta mudança no teto de voto na Eletrobras

A equipe de transição recomendou ao futuro governo de Luiz Inácio Lula da Silva que avaliasse a viabilidade econômica, jurídica e política da adoção de medidas que revisem a atual estrutura de governança da Eletrobras. O objetivo, segundo apurou o **Valor**, é retirar a limitação do poder de voto da União que, pelas regras atuais, tem no máximo 10% dos votos em assembleias de acionistas, embora possua 42,6% dos papéis com direito a voto. Mas especialistas apontam que mudar as normas atuais não será simples.

O arcabouço estruturado na privatização da Eletrobras hoje blinda a companhia da adoção de medidas que aumentem a influência da União como acionista, proporcional à participação acionária. No entanto, mudar a limitação de voto dos acionistas exigiria uma alteração importante no estatuto da empresa, com a necessidade de aprovação por diversas instâncias, como o conselho de administração e a assembleia de acionistas.

O artigo 6º do estatuto veda a qualquer acionista ou grupo de acionistas o exercício do direito de voto acima de 10% de participação, independentemente de sua fatia no capital social. O artigo 7º impede a celebração de acordos de acionistas a fim de regular o exercício de direito de voto acima do teto de 10%. “Não será arquivado pela companhia acordo de acionistas sobre exercício do direito de voto que conflite com as disposições deste Estatuto Social”, diz o parágrafo 1º do Artigo 7º.

A União detém 42,6% de participação societária, somando as ações próprias, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e da BNDESPar, mais fundos do governo.

A decisão de realizar tais estudos caberia ao novo **ministro de Minas e Energia**. Para uma fonte a par do tema, que falou sob condição de anonimato, a possível mudança - noticiada inicialmente pelo jornal "O Globo" - seria natural, uma vez que nenhuma empresa privada aceitaria deter 40% das ações e votar com 10% de participação. Além dos estudos, o grupo pretende propor à administração da Eletrobras que adie as assembleias de acionistas a serem realizadas, entre outras ações, a fim de preservar os interesses da União.

Para o Credit Suisse, mudanças por mais poder da União sobre a Eletrobras podem levar a disputas legais significativas. "O governo teria que convencer outros acionistas a aceitar grandes mudanças para implementar esta proposta, e isso teria um grande impacto para o setor e para a bolsa de valores", afirmaram em relatório os analistas Carolina Carneiro e Rafael Nagano. Segundo Carolina Fidalgo e Fabiana Topini, sócias do Rennó, Penteado, Reis & Sampaio Advogados, caso o governo consiga votos a favor da medida, o estatuto pode ser mudado, mas elas não veem sentido prático na aprovação.

As advogadas destacaram que a Lei 14.182/2022, que estabeleceu as diretrizes da privatização, condicionou a privatização à alteração do estatuto social, com a inclusão do teto de 10%, e estabeleceu poder de veto da Eletrobras, por meio da ação especial (golden share). Após ter sido privatizada, segundo elas, a companhia passou a ficar sujeita às regras que se aplicam às empresas privadas, como a Lei das S.A. Logo, avaliam, para a União mudar o estatuto social, teria que obter os votos dos demais acionistas. "Essa previsão legal se deu para dar mais conforto aos investidores", disse Fidalgo.

Para Topini, já se esperava que em algum momento pudesse haver tentativa de alterações na composição acionária ou no teto para votação, mas o problema é que a movimentação se deu muito cedo, seis meses após a capitalização. "É a questão da segurança jurídica. Com seis meses, isso é muito ruim", afirmou.

A ex-estatal foi privatizada em junho em transação que movimentou R\$ 33,7 bilhões e uma das condições para transformar a companhia numa "corporation" - sem controlador definido - foi a inclusão de instrumento que protege a empresa contra aquisições hostis, o que dificultaria uma reestatização. Conhecido como "pílula de veneno", o dispositivo obrigaria o governo a fazer uma oferta pública

para comprar os papéis de todos os acionistas minoritários, pagando o triplo do valor mais alto da ação da empresa verificado nos últimos dois anos (ou 504 pregões anteriores).

A Eletrobras anunciou a intenção de migrar para o Novo Mercado da B3, mas no fim de novembro adiou a iniciativa por causa de incertezas macroeconômicas. As ações ordinárias (ON) da companhia encerraram o dia cotadas a R\$ 41,71, em queda de 2,68%, enquanto as preferenciais fecharam o pregão com queda de 2,21%, a R\$ 43,33. Outras preocupações da equipe de transição são o impacto da descotização (mudança no regime de remuneração das hidrelétricas da companhia) sobre as tarifas e o poder de mercado da Eletrobras privada. **(Colaborou Cristiana Euclides, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/12/2022

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes — Do Rio

Título: Vale muda gestão e foca em ganho operacional

Mineradora anunciou alterações em vice-presidências e o conselho de administração deverá ter novos nomes na composição de 2023

A Vale termina 2022 com mudanças na diretoria-executiva e no próximo ano as alterações no alto comando da empresa devem chegar ao conselho de administração. Na véspera do Natal, a companhia anunciou uma reestruturação em cargos executivos com o objetivo de garantir melhorias operacionais. A medida se justifica pela necessidade de buscar excelência nas operações a médio e longo prazos. Mas também pela demanda de investidores depois da tragédia de Brumadinho (MG), que completa quatro anos em 25 de janeiro, para que a empresa cumpra metas de produção em relação às quais tem tido dificuldades de entrega. “A ideia, com as mudanças, é ter uma empresa mais focada em execução. Consideramos o anúncio uma evolução no processo que a atual diretoria vem conduzindo”, disse fonte ligada à companhia.

Na quinta-feira (22), a Vale divulgou comunicado ao mercado informando sobre um “novo desenho” na alta liderança da companhia. Chamou a atenção a decisão de extinguir a vice-presidência executiva de estratégia e transformação de negócios, criada em março de 2021. Essa área foi montada para pensar a Vale do futuro e vinha sendo conduzida por Luciano Siani Pires, que foi vice-presidente

de finanças da empresa por cerca de nove anos. Quando Siani assumiu a nova função, em setembro do ano passado, foi substituído como vice-presidente de finanças por Gustavo Pimenta, que atuou no grupo AES por doze anos. Na quinta, a Vale disse que Siani deixa a empresa em janeiro de 2023. O **Valor** apurou que o executivo pode assumir posição em empresa ligada à Vale.

Na reestruturação, as atribuições da área de Siani ficam sob o guarda-chuva de Marcello Spinelli, vice-presidente executivo de soluções de minério de ferro. O negócio de ferrosos é uma das plataformas de crescimento da Vale. A outra são os metais básicos. Mas no minério de ferro a empresa quer ser, cada vez mais, uma provedora de soluções para as siderúrgicas de forma a ajudá-las a reduzir as emissões de gases na produção de aço. A Vale tem assinado memorandos de entendimento com países do Oriente Médio, por exemplo, para desenvolver complexos industriais chamados internamente de “mega hubs” que vão criar produtos de baixo carbono para a indústria siderúrgica. Spinelli poderia vir a se instalar na Ásia, disseram fontes.

Até o anúncio pré-natalino, Spinelli cuidava não só da parte das soluções de ferro para os clientes e dos “mega hubs”, entre outros temas, como também da parte operacional do minério de ferro, o que inclui a extração do produto das minas e a definição das metas de produção. Agora Carlos Medeiros, que respondia pela segurança e excelência operacional, vai cuidar da vice-presidência executiva de operações. Terá sob sua gestão as operações das minas, das pelletizadoras e da logística.

Alexandre Pereira, outro executivo dos quadros da Vale, assume a vice-presidência executiva de projetos. É uma área dedicada à implementação de projetos-chave na empresa. Houve ainda a promoção de Rafael Bittar, que era diretor de geotecnia da Vale, para a vice-presidência executiva técnica. É uma área que cuida de linhas de defesa e de gestão de riscos.

“Passamos a dar mais foco em atividades ‘core’ da companhia. No passado, quando a Vale tinha vários negócios, os líderes corporativos tocavam vários negócios e unidades ao mesmo tempo”, disse uma fonte. Agora a Vale quer ter duas unidades de negócio - minério de ferro e metais básicos - mais focadas, com maior clareza dos objetivos estratégicos a serem perseguidos. A área de metais, que está em processo de cisão da Vale, também está montando liderança mais independente da empresa-mãe, sob o comando de Deshnee Naidoo, vice-presidente executiva de metais básicos, no Canadá.

No total, a Vale tem dez dirigentes no topo do comando do dia a dia, reunidos no que a empresa chama de “comitê executivo” (antiga diretoria executiva). O líder desse grupo é o presidente da mineradora, Eduardo Bartolomeo, que tem mandato até maio de 2024. Outros cargos desse comitê executivo não sofreram alterações. Fontes próximas da companhia disseram ao **Valor** que a reorganização foi proposta por Bartolomeo e encampada pelo conselho de administração da empresa.

O atual conselho da Vale tem mandato até abril de 2023 e, segundo apurou a reportagem, deverá passar por mudanças para o período que irá de 2023 a 2025. É dado como certo que o presidente da Cosan, Luís Henrique Guimarães, será indicado para uma vaga no colegiado da Vale. Também se espera a indicação de mais uma mulher para o conselho da mineradora. Hoje, entre 13 integrantes, só há uma: Rachel de Oliveira Maia.

Procurada sobre a possível indicação de Guimarães, a Cosan informou que não iria se pronunciar. A Cosan assumiu posição acionária relevante no capital da mineradora, que é uma empresa de capital pulverizado. Essa estrutura acionária sucedeu outra que vigorou desde a privatização da Vale, em 1997, marcada por controle acionário definido e por um grupo de acionistas que dava as cartas: os fundos de pensão estatais, liderados pela Previ, mais Bradespar, Mitsui e BNDES, que vendeu toda a posição em Vale. Em 2021, a mineradora passou por eleição conturbada para o conselho pois surgiu um grupo alternativo ao indicado pela empresa. Em 2023 não se espera disputa, mas há quem veja necessidade de um conselho mais alinhado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/12/2022

Seção: Empresas

Autor: Robson Rodrigues — De São Paulo

Título: Minas Gerais avalia tornar a Cemig uma ‘corporation’

Depois de fracassar na tentativa de privatização da Cemig no primeiro mandato, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), estuda vender as ações da estatal em poder do Estado no mercado financeiro e transformá-la em uma ‘corporation’, em que o controle acionário é pulverizado e a figura do Estado como acionista controlador ou bloco de controle deixam de existir.

O modelo é igual ao utilizado pelo governo federal para privatizar a Eletrobras e também está sendo replicado no Paraná, com a Copel. Em recente entrevista ao **Valor**, Zema disse que em 2023 quer colocar em curso uma agenda de privatizações, que inclui duas outras estatais: Copasa e Codemig.

“Com a Cemig talvez o processo seja de uma ‘corporation’. O Estado não venderia, a empresa receberia novos investimentos e só de o Estado não ter a voz final eu fico satisfeito, porque a empresa fica blindada contra a má gestão. O Estado continua recebendo dividendos e vai ter uma valorização”.

Se a investida do político der certo, o fato pode dar capacidade de investimento à estatal, além de garantir dividendos à Minas Gerais, que deve se manter como acionista relevante. Não está definido ainda se o Estado seguirá com a maior fatia das ações e se terá uma ação de classe especial, “golden share”, com poder de veto.

A principal estatal mineira é alvo de tentativas de privatização desde o primeiro mandato de Zema. No caminho da privatização, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) que investigou supostas irregularidades em operações que envolvem Cemig, Taesa, Light (RJ) e Renova (SP). O governador acusa a oposição de inviabilizar processo.

“A CPI foi mais uma comissão de perseguição e inquisição do que uma comissão parlamentar. Só gastaram milhões e não levaram nada adiante e partiu de um grupo pequeno de deputados que tinham interesses políticos e isso provocou na Cemig um atraso, mas nós vamos levar adiante. Vendemos a Light, vendemos a Renova, vamos vender as demais subsidiárias e também a Cemig”, rebate.

Responsável pelo fornecimento de energia para quase 9 milhões de consumidores em 774 municípios, a empresa atua em geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia e é o mais importante ativo de Minas Gerais. Ele acredita que agora será mais fácil a articulação na ALMG, já que o candidato venceu o pleito no primeiro turno e a coalizão de partidos que o reeleger deve compor uma base na casa legislativa para viabilizar os planos.

Na esfera federal, ele espera que também exista reação contra a medida, já que o político do Novo se queixou da ofensiva da equipe de transição do futuro governo Lula, que tentou inviabilizar o leilão da privatização do Metrô de Belo Horizonte. Segundo Zema, “o novo governo tem aversão ao setor privado”, ataca.

O discurso dos defensores é que as estatais são companhias ineficientes e não possuem capacidade de investimento, o próprio Zema já fez críticas à companhia no passado. A realidade hoje, no entanto, mostra outra coisa: a empresa apresentou um lucro consolidado de R\$ 1,18 bilhão no terceiro trimestre de 2022, crescimento de 180,5% em comparação ao ano passado.

É incerto que Zema consiga privatizar a Cemig em apenas um ano, mas caso consiga, o fato reforçaria o caixa de Minas Gerais, que como todos os demais Estados, foi afetado pela queda na arrecadação causada pela redução da alíquota do ICMS para combustíveis, depois que o produto foi enquadrado como item essencial. A medida termina em 31 de dezembro, mas a decisão de flexibilizar ou não está no Supremo.

VEÍCULO: Estado de S. Paulo

Data: 28/12/2022

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Matriz energética do País já mudou

Mais relevante do que discutir preços do petróleo é manter a diversificação das fontes de energia, e nisso o Brasil está em posição privilegiada em relação ao mundo desenvolvido.

Aprofunda e inflacionária crise energética na Europa, desencadeada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, evidencia os acertos da política de energia no Brasil, com o aumento na oferta proveniente de fontes renováveis, mas também abre caminho para o debate sobre os passos a serem tomados neste setor pelo governo eleito em outubro.

Pouco se sabe, até agora, sobre quais serão as prioridades da política energética do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, embora se acredite que serão mantidos os estímulos para investimentos em energia renovável, dada a importância do discurso a favor da preservação ambiental.

Curiosamente, o pouco que foi aventado sobre energia por pretendentes a ocupar postos-chave no futuro governo foi centrado na política de preços de petróleo e o papel que a Petrobras deveria assumir nos próximos anos. São discussões anacrônicas na medida em que o Brasil e muitos outros países passaram por uma revolução nas suas matrizes energéticas e hoje é menor a

dependência do petróleo do que nas últimas décadas do século passado. O próprio plano estratégico da Petrobras para os próximos cinco anos, divulgado em novembro, não fez aposta mais ambiciosa em fontes de energia renovável. Entre os investimentos previstos, US\$ 64 bilhões, ou 83% do total, serão aplicados em exploração e produção de petróleo e gás.

Dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de setembro mostram que o País ultrapassou os 185 gigawatts de capacidade de geração e, segundo os critérios da agência, pouco mais de 80% desse total corresponde a fontes renováveis de energia, como a água dos rios, os ventos e o sol. Merece destaque, obviamente, a expansão muito expressiva da participação da energia solar e eólica na matriz energética, reduzindo a importância das termoeletricas. Embora as hidrelétricas ainda respondam por 54% da produção de energia, a eólica já corresponde a mais de 10% da oferta total e a solar divide com as termoeletricas a terceira posição. E esse panorama foi alcançado, em grande parte, por iniciativas do setor privado.

É consenso entre especialistas que se deve manter o processo de diversificação das fontes de geração de energia, principalmente com a construção de usinas de baixo impacto ambiental e social. Essa tendência, observada no Brasil nos últimos anos, ganha maior importância diante dos efeitos da guerra entre Rússia e Ucrânia, que levantou sérias dúvidas sobre o processo de globalização na oferta de energia.

Grandes investimentos em fontes alternativas de energia podem, adicionalmente, ajudar no crescimento econômico das regiões mais pobres do País. Estudo do Instituto Brasileiro de Economia da FGV apurou que cada R\$1 investido em parque eólico gera R\$ 2,90 no Produto Interno Bruto (PIB) no período de 10 a 14 meses, considerando-se impactos diretos, indiretos e induzidos pelo efeito multiplicador dos empreendimentos. No Nordeste, para citar apenas um exemplo, os projetos já autorizados devem receber investimentos da ordem de R\$ 250 bilhões e de mais R\$ 148 bilhões em usinas solares.

Nesse cenário, o Brasil está muito longe das sérias dificuldades no setor energético de outros países. A Europa enfrenta escassez na oferta de energia e aumento dos preços para os consumidores depois que a Rússia invadiu a Ucrânia. Há alguns dias, a Agência Internacional de Energia (AIE) alertou a União Europeia que a situação energética do bloco poderá ser ainda pior em 2023 porque o fornecimento russo pode diminuir ainda mais e a oferta de gás de outros países

também tende a diminuir, principalmente se a China retomar a demanda pelo insumo. Mais de 40% do gás consumido pelos europeus é fornecido pela Rússia, e a União Europeia paga cerca de 150 bilhões de euros por ano ao país. A dependência do gás russo chega a 80% em países como a Lituânia.

No Brasil, o cenário é diferente, mas é urgente que a equipe do novo governo tome consciência de que o futuro da energia são as fontes renováveis e que a era de ouro do petróleo está nos seus últimos dias.

VEÍCULO: Estado de S. Paulo

Data: 28/12/2022

Seção: Política

Autor: Felipe Frazão Brasília

Título: Lula tenta destravar ministros de siglas aliadas após fechar com Tebet

Presidente eleito recebe sinal verde para acomodar senadora no Planejamento, mas discute como acomodar indicações do MDB, União Brasil e PSD; há 16 pastas em aberto.

A quatro dias da posse, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva ainda não conseguiu destravar as negociações políticas para completar a equipe ministerial. Há 16 pastas sem confirmação oficial. Lula tenta equilibrar os interesses do PT, as demandas dos aliados e o descontentamento dos partidos que ainda não foram contemplados na Esplanada dos Ministérios.

O petista tem adiado anúncios formais dos novos nomes e mantido conversas reservadas com lideranças partidárias. Nos últimos dias, elas envolveram três dos maiores partidos que prometem dar sustentação ao governo no Congresso: MDB, PSD e União Brasil.

Ontem, o futuro ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que a senadora Simone Tebet (MDB-MS) aceitou o convite para comandar o Planejamento. Após longo impasse para encaixar Simone na equipe, ela sinalizou positivamente para assumir um ministério de perfil econômico e menos político, mesmo sem ter sob sua alçada bancos públicos ou o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Simone e Lula se reuniram em Brasília, mas o dia de ontem terminou sem pronunciamento sobre o assunto.

“O detalhamento sobre a composição dos 16 ministérios está ainda em discussão com pessoas que o presidente quer convidar, dos vários segmentos, com as bancadas e partidos. Não tem nada definido em relação ao espaço que cada um possa ocupar”, disse Padilha.

O círculo mais próximo de Lula evita citar uma data específica para anúncios e afirma que a discussão com cada partido continua. Há intenção de atrair mais legendas do Centrão, que votaram a favor da pauta de Lula na reta final de 2022. O apoio será “reconhecido”, e interlocutores do presidente eleito garantem que a equipe estará completa para a posse em 1º de janeiro.

“Quero agradecer aos que votaram a favor da PEC do Bolsa Família e já sinalizaram interesse em participar e apoiar o governo, essa postura dos parlamentares está sendo considerada na montagem final do governo”, declarou Padilha.

Definido o destino de Tebet na Esplanada, o MDB já apresentou nomes ao presidente eleito, mas há debates internos na legenda sobre quem serão “seus ministros”, contemplando indicações das bancadas na Câmara e no Senado. Um deles será o ex-governador de Alagoas e senador eleito Renan Filho – mais cotado para assumir o Ministério dos Transportes.

O segundo, ligado aos deputados, deve ser o indicado para o Ministério das Cidades pelo MDB do Pará, que elegeu nove parlamentares. O clã Barbalho quer emplacar Jader Filho, com as bênçãos do governador Helder Barbalho, em vez de José Priante, nome mais forte na bancada.

Nessa disputa, o ex-presidente do Congresso Eunício Oliveira (CE) poderia voltar a ser ministro de Lula para solucionar o impasse, mas ele mesmo, que almeja a Integração Regional, sabe estar no fim da fila.

UNIÃO BRASIL. O ministério, no entanto, vem sendo negociado diretamente com o União Brasil, que reforçou o apoio ao nome do líder da bancada, Elmar Nascimento (BA). Ele era base do governo Bolsonaro e nome de oposição ao PT em seu Estado, mas vem negociando com o governo como indicado também do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Outro nome apresentado pela legenda é o da senadora eleita Professora Dorinha (TO). Ela teria agora mais apoio interno do que um terceiro indicado, com aval do ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (União-AP), o governador do Amapá Waldez Góes (PDT).

O PSD tinha três nomes ministeriáveis. O senador Carlos Fávaro (MT), provável titular da Agricultura, como mostrou o Estadão, é o mais consolidado. O senador Alexandre Silveira (MG), em fim de mandato, pode ser opção para **Minas e Energia**, com apoio do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (MG). A bancada da Câmara havia indicado o deputado Pedro Paulo (RJ), para o Turismo, mas o parlamentar foi vetado por petistas.

Entre os demais aliados, PV, Solidariedade e Avante já manifestaram a Lula sua insatisfação por terem ficado de fora do primeiro escalão.

VEÍCULO: Estado de S. Paulo

Data: 28/12/2022

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes Brasília

Título: Lula barra prorrogação da desoneração

Guedes e Haddad tinham acertado uma MP para estender até o fim de janeiro o corte de tributos federais que ajudou a conter o preço da gasolina na 2ª metade de 2022

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva determinou ao futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que pedisse ao governo Bolsonaro para desistir de prorrogar o corte dos impostos federais sobre combustíveis. A desoneração, que ajudou a conter o preço da gasolina na segunda metade de 2022, tem prazo para acabar: 31 de dezembro. Como mostrou o Estadão, Haddad havia ligado ao ministro da Economia, Paulo Guedes, na segunda-feira, quando acertaram a edição de medida provisória (MP) para prorrogar a desoneração por um mês.

Haddad comunicou a decisão de Lula ontem à tarde por meio de mensagem no celular, segundo fontes do governo Bolsonaro. A prorrogação daria tempo para o novo governo se posicionar e tomar a decisão em torno da desoneração. Sem ela, ocorre o aumento dos preços, com impacto na inflação. Por outro lado, depois da PEC da Transição, que aumentou a licença para gastos, o futuro governo conta com o aumento da arrecadação para diminuir o déficit nas contas públicas já contratado para 2023. O impacto da prorrogação da medida seria de R\$ 52,9 bilhões no ano cheio. Setores do mercado financeiro pressionam pelo fim da desoneração para a melhoria das contas públicas.

Conforme apurou o Estadão, Guedes vai atender o pedido do futuro governo e não propor a MP. A assessoria de Haddad confirmou que ele pediu para o atual governo não prorrogar a medida e que a definição fica para quando o presidente Lula assumir.

Antes, Guedes já tinha acenado a Haddad com a possibilidade de edição de uma MP prorrogando por 90 dias a desoneração. Segundo fontes do Ministério da Economia, as sinalizações iniciais dadas por Haddad a Guedes já apontavam que o governo de transição não tinha interesse na MP.

Integrantes do PT já alertaram para o risco de subida dos impostos logo no primeiro dia de governo, o que poderia acabar em “pólvora” para os atos extremistas contra a posse do novo presidente.

O impacto na inflação, no risco de alta da Selic e na popularidade do presidente logo na largada do governo também foram postos na mesa. Os Estados também devem aumentar o ICMS da gasolina a partir de janeiro, o que aumenta a pressão.

Na conversa com Haddad, Guedes apontou que o fim da desoneração seria de interesse do mercado financeiro, que não quer a volta da tributação de lucros e dividendos para compensar a perda de arrecadação com a desoneração e o seu impacto nas contas públicas. Guedes tinha proposto taxar lucro e dividendos para compensar o custo do Auxílio Brasil e da manutenção da desoneração.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/12/2022

Seção: Mercado

Autor: Mateus Vargas E Fábio Pupo Brasília

Título: Haddad pede que Bolsonaro não prorrogue desoneração de tributos sobre combustíveis

Futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT) pediu, por decisão do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que o governo Jair Bolsonaro (PL) não prorrogue a desoneração de tributos federais sobre combustíveis. A medida estava em discussão entre o futuro titular da pasta e o chefe da equipe econômica do governo Bolsonaro, Paulo Guedes.

Haddad tomou conhecimento de que o Ministério da Economia estava preparando uma MP (medida provisória) para prorrogar a isenção sobre

combustíveis por até 90 dias e quis conversar sobre o assunto com Guedes. Integrantes do governo Bolsonaro relatam à Folha que o futuro ministro achou 90 dias demais durante as conversas. Mas ele sinalizou que seria adequado um prazo de 30 dias para que o governo não inicie o mandato com uma elevação imediata de preços nas bombas.

Após Haddad levar o tema a Lula, no entanto, o futuro ministro pediu a Guedes que não prorrogasse a isenção.

Não foi dada uma justificativa por parte de membros do atual governo, que apenas informaram que vão estudar o tema.

Pelas regras atuais, a desoneração termina em 31 de dezembro. Haddad afirmou que pediu a Guedes para “que a gestão atual se abstenha de tomar qualquer medida na última semana que venha a impactar no futuro governo”.

A equipe econômica de Lula não indicou se planeja ou não renovar a desoneração. A assessoria de Haddad disse que o pedido feito ao governo Bolsonaro trata de não renovar a isenção de PIS e Cofins.

“Vamos aguardar a nomeação do presidente da Petrobras. Temos expectativa em relação a muitas variáveis que impactam nessa decisão, [como] a trajetória do dólar, do preço do petróleo”, disse o futuro ministro. “Para não tomar nenhuma decisão açodada, o governo atual se abstém, e a gente, com calma, avalia”, afirmou Haddad.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/12/2022

Seção: Opinião/Artigo

Autor: Contexto Bruno Rosa

Título: No setor privado, foco em corte de custos e investimento em energia renovável

Desde que foi privatizada em junho, a Eletrobras vem dando seus primeiros passos em cortes de custos, renegociação de passivos e saída de sociedades ineficientes. O plano vem sendo liderado por Wilson Ferreira Júnior, que voltou em setembro ao comando da maior companhia do setor de energia elétrica da América Latina, responsável por 23% da capacidade instalada de geração do Brasil e por 39% das linhas de transmissão, com cerca de 68,7 mil quilômetros de extensão.

Ferreira Júnior já havia sido presidente da Eletrobras entre julho de 2016 e março de 2021, quando foi para o comando da Vibra (ex-BR Distribuidora). Atualmente, está desenvolvendo um novo plano estratégico para a empresa, em discussão com o Conselho de Administração. A ideia é apresentar as novas metas no primeiro trimestre de 2023 ao mercado.

Hoje, a Eletrobras comanda quatro subsidiárias e tem participação direta e indireta em 75 Sociedades de Propósito Específico (SPE). A estratégia é se desfazer de parte delas. Há um potencial de venda e arrecadação de cerca de R\$ 4,4 bilhões, de acordo com estimativas do mercado.

Outra iniciativa em estudo é acelerar o investimento em energias renováveis, o que ele já vinha estimulando na Vibra, com ações em energia solar e eletrificação. Recentemente, a Eletrobras assinou com a Shell acordo de cooperação técnica para troca de informações para um possível investimento no desenvolvimento e na operação de projetos de energia eólica offshore no Brasil. A ideia é investir na diversificação da matriz de geração. Para isso, criou um escritório de transformação para acompanhar de forma centralizada as iniciativas relacionadas à transformação da Eletrobras no momento pós- capitalização.

Um das primeiras medidas conduzidas por Ferreira Júnior foi a criação em novembro de novo Plano de Demissão Voluntária (PDV), com 2.312 empregados elegíveis, o primeiro desde a capitalização da companhia. Mais de 50% já aderiram.

Com custo estimado em R\$ 1 bilhão, o plano será simultaneamente implantado na holding e em subsidiárias, como Eletrosul, Chesf, Eletronorte e Furnas. O objetivo é atrair funcionários já aposentados ou que estejam em vias de se aposentar até 30 de abril de 2023.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/12/2022

Seção: Economia

Autor: Manoelventura E João Sorima Neto Brasília E São Paulo

Título: De olho na Eletrobras: Novo governo busca elevar influência na empresa. Analistas veem risco de judicialização

O governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avalia aumentar o poder de influência sobre a Eletrobras, que foi privatizada em junho. A União

ainda detém 42,7% das ações da empresa, considerando não só a sua própria fatia, como também as de BNDES e BNDES-Par. A intenção de ampliar seu poder de interferência na companhia consta no relatório final do grupo de **Minas e Energia** da transição, obtido pelo GLOBO.

Mesmo com mais de 40% do capital, na prática, a lei limita a 10% o poder de veto de qualquer acionista ou grupo de acionistas, independentemente da participação acionária. Isso acontece porque com a oferta de ações no mercado que viabilizou a privatização, a Eletrobras se tornou uma corporação, uma companhia sem controlador definido, com ações listadas nas Bolsas de São Paulo, Madri e Nova York.

“Inquieta e deve ser foco de atenção a perda por parte da União da possibilidade de influenciar os rumos da Eletrobras apesar de continuar sendo o maior acionista da empresa”, afirma o relatório. O texto acrescenta que a União perderá o poder de influenciar os rumos da empresa de forma proporcional às ações que detém, o que pode implicar em prejuízo para a União. E recomenda: “analisar a viabilidade econômica, jurídica e política da adoção de medidas que permitam que a União tenha voto proporcional ao

número de ações ordinárias” Para analistas, se o governo levar adiante a recomendação do relatório, estaria violando não só as políticas de governança da empresa, mas também a segurança jurídica, afugentando investidores internacionais. Além disso, abriria espaço para uma leva de ações judiciais de investidores minoritários que poderiam se sentir enganados após a pulverização do controle da empresa, avaliam advogados especializados em Direito Societário.

ADIAR ASSEMBLEIAS

O grupo quer solicitar à administração da Eletrobras a postergação de assembleias até condição de avaliar se os interesses da União estão sendo preservados”. E cita a necessidade de avaliar consequências do poder de mercado na mão de um único agente econômico privado.

Para angariar apoio no Congresso, a lei de privatização da Eletrobras determinou a contratação de 8 mil megawatts de energia por meio de termelétricas a gás natural, mas a maioria está prevista em regiões sem o insumo. A equipe de transição calcula que isso representa custo adicional de R\$ 367,9 bilhões a serem pagos pelos consumidores e, em razão disso, busca alternativas legais para impedir essa contratação de energia.

O documento põe em dúvida um ponto fundamental da privatização: o processo de mudança na forma como a empresa vende sua energia. Ao transferir a empresa ao setor privado, foi permitida uma mudança no modelo de remuneração da energia gerada pela companhia: sai de cena o preço fixo e entra o valor de mercado. O grupo de trabalho quer postergar esse calendário, o que afetaria o fluxo de caixa da empresa.

A alteração sugerida pela transição poderia ser feita por mudança na lei, por medida provisória ou projeto de lei. Além da fatia de 42,7%, a União ainda detém uma golden share, ação de classe especial que permite ao governo vetar mudanças estratégicas.

O advogado Pierre Moreau lembra que a Eletrobras é concessionária de serviços públicos de energia elétrica. Portanto, o governo poderia evocar cláusulas da Lei Geral de Concessões, do estatuto e do acordo de acionistas, para justificar a interferência.

— A União pode recorrer a esses ‘superpoderes políticos’ da golden share para dizer que a empresa não está indo de acordo com interesses nacionais — diz Moreau, lembrando porém que, por se tratar de empresa de controle pulverizado, isso afetaria a governança da Eletrobras e abriria caminho para ações de minoritários questionando seus direitos.

O advogado Gabriel de Britto Silva, especializado em direito societário, diz que se o novo governo levar adiante a recomendação, a conduta poderia ser configurada como “gestão temerária, com elevado risco”, sendo capaz de colocar em perigo a estratégia e a saúde financeira da empresa:

— Representaria influência e pressão indevidas, violando frontalmente a segurança jurídica, o que seria péssimo não só para a Eletrobras, mas para o país, que necessita de investimento estrangeiro, e, ainda, para o novo governo, que já no início de mandato cairia em descrédito perante investidores nacionais e internacionais.

DIREITO DE MINORITÁRIOS

Britto Silva observa que as assembleias são convocadas pelo Conselho de Administração, mas havendo pressão do governo sobre conselheiros e diretores executivos não seria impossível que fossem adiadas, prejudicando as decisões da companhia. Para o advogado, se o quadro se confirmar, a violação de políticas de governança poderia ser denunciada à Comissão de Valores Mobiliários (órgão

regulador do mercado brasileiro) e à Securities and Exchange Commission (regulador do mercado americano). Poderiam ser aplicadas sanções: advertência, multa e até suspensão dos papéis.

O advogado acrescenta que acionistas minoritários, que aplicaram o FGTS nas ações da empresa em busca de um melhor rendimento, poderão se sentir “enganados” pela União e buscar ressarcimento de possíveis prejuízos na Justiça.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/12/2022

Seção: Economia

Autor: Vitor Da Costa

Título: Ações da companhia fecham em baixa com temor de interferência

As ações da Eletrobras fecharam em baixa ontem após a divulgação do relatório que recomenda aumentar a influência na empresa. As ações ON (com voto) caíram 2,64% e as PN (sem voto) cederam 2,26%. Levantamento de Einar Rivero, head comercial da TradeMap, mostra que desde a privatização, em junho, as ações com voto subiram 1,78% e as sem voto, 9,09%.

Para analistas de mercado, as mudanças sugeridas pela equipe de transição seriam negativas para a governança e o fluxo de caixa da companhia, caso saiam do papel.

— Afeta a visão do investidor com relação à governança da companhia, porque com o processo de privatização ficou claro que a União perderia o poder controlador da empresa. Se posteriormente conseguirem postergar assembleias ou ações estruturantes, isso prejudicaria a governança e afetaria os planos de reestruturação que estão ocorrendo — disse o especialista em renda variável da Valor Investimento, Paulo Luives.

Em outubro, a Eletrobras comunicou a contratação de uma equipe para assessorar seu possível ingresso no Novo Mercado, nível mais elevado de governança corporativa da B3. A migração estava associada à sua desestatização e às medidas de aprimoramento da sua governança corporativa. No mês seguinte, no entanto, a empresa desistiu da operação “em razão do atual cenário macroeconômico e das condições do mercado”.

Em relatório, analistas do Credit Suisse destacam que os estatutos da empresa não são alterados sem consultar toda a base acionária. Com isso, o governo teria de convencer outros acionistas a aceitar quaisquer mudanças para implementar novas propostas. Analistas criticam a mudança sugerida no cronograma de adoção de preços de mercado para remunerar a geração de energia e dizem que isso altera o equilíbrio econômico dos contratos e traz consequências negativas para as tarifas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/12/2022

Seção: Economia

Autor: Manoelventura E Geralda Doca Brasília

Título: Isenção sobre combustível só será decidida em 2023

Haddad pede ao ministro da Economia para não prorrogar a medida que dispensa o pagamento de PIS/Cofins sobre gasolina, diesel e gás de cozinha. Novo governo quer avaliar impacto nas contas públicas e evitar benefício político para Bolsonaro

O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que pediu ao atual ministro da Economia, Paulo Guedes, que o governo Jair Bolsonaro não prorrogue a isenção de impostos federais sobre os combustíveis, como estava sendo ventilado. O corte nos tributos acabou dia 31.

— Eu levei um pedido de que o governo atual se abstenha de tomar qualquer medida que venha a impactar o futuro governo, sobretudo em temas que podem ser decididos sem atropelos. Para que a gente tenha sobriedade de fazer cálculo de impacto, verificar a trajetória que a gente espera para as contas públicas nos próximos anos — disse Haddad. — Ele (Guedes) respondeu afirmativamente.

Além disso, há uma questão política: uma prorrogação feita agora iria beneficiar politicamente Bolsonaro. Se a MP for editada na semana que vem, esse bônus político ficaria com Lula.

Sem a isenção, os impostos sobre gasolina, diesel e o gás de cozinha irão subir no dia 1º de janeiro de 2023. O governo Bolsonaro zerou neste ano, como estratégia para frear a inflação e também como parte da campanha à reeleição, os impostos PIS/Cofins e Cide sobre combustíveis. O imposto federal sobre a gasolina era de cerca R\$ 0,70 por litro, e de R\$ 0,33 por litro de diesel.

— Nós vamos aguardar a nomeação do presidente da Petrobras, temos expectativa em relação a muitas variáveis que impactam essa decisão. A trajetória do dólar, a trajetória do preço internacional do petróleo. Tem uma série de coisas que vão acontecer — afirmou.

CUSTO DE R\$ 52 BILHÕES

Haddad reforçou também que, nos primeiros dias de janeiro, vai apresentar o plano para cobrir “o rombo aberto em 2022 nas contas públicas”:

— No meio do ano para cá, nós tivemos um cenário muito preocupante que vamos enfrentar a partir do ano que vem.

Mais cedo, integrantes da atual gestão e membros do governo de transição informaram que haveria a edição de um decreto ou uma medida provisória prorrogando a desoneração por 30 dias, em comum acordo. Depois dessas informações, Haddad disse que levou esse assunto a Lula. Após essa conversa, o governo eleito pediu para a atual gestão esperar.

De acordo com integrantes do governo de transição, havia dúvidas se o atual governo iria prorrogar a isenção por 30 ou 90 dias. E o tema envolve áreas como Planejamento e **Minas e Energia**.

O Orçamento de 2023 prevê a isenção dos impostos por todo o ano que vem e de forma permanente, a um custo de R\$ 52 bilhões e inclui a desoneração do querosene de aviação e gás de cozinha.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/12/2022

Seção: Economia

Autor Manoel Ventura Brasília

Título: Transição quer fundo para estabilizar preço de combustível

Relatório sugere suspender todas as vendas de ativos da Petrobras

A equipe do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), quer a implementação de um fundo para estabilização do preço dos combustíveis, a criação de um programa para expandir a capacidade de refino nacional de derivados de petróleo e mudanças na forma como a Petrobras vem atuando nos últimos anos.

O relatório do grupo de transição que analisou o setor de **Minas e Energia**, obtido pelo GLOBO, recomenda também a paralisação de toda a venda de ativos da estatal e a revisão do acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que determinou a venda de refinarias.

EXPANSÃO DO REFINO

Por meio do documento, a transição recomenda que, a partir de um novo Plano Estratégico da empresa, seja criada “uma política pública de expansão do refino nacional”.

“O aumento da dependência de importações de derivados tem elevado a vulnerabilidade externa do Brasil para atender o mercado interno nos últimos anos. Isso se deve, por um lado, à atual política de refino da Petrobras que permitiu a entrada de importadores e, por outro, à política imposta pelo Cade de venda das refinarias da Petrobras”, diz o texto.

Para o grupo de transição, é possível criar, em 90 dias, um fundo ou uma conta de estabilização para atuar na contenção dos impactos econômicos das elevações súbitas no preço do barril de petróleo.

“Seja por nova lei ou por regulamentação, o governo deve assegurar o ferramental necessário para atuar em casos de flutuação extrema dos preços de combustíveis. Trata-se de tema de forte sensibilidade política, cuja prevenção pode representar mais espaço de manobra ao governo em situação de crise”, diz o texto.

O Brasil importa hoje cerca de 30% do óleo diesel consumido no país e cerca de 15% da gasolina. Atualmente, a Petrobras adota uma política de preços que traz para o mercado interno as variações do dólar e do valor do barril de petróleo, o que é criticado pelo novo governo. Apesar dessa posição, o relatório não apresenta uma sugestão de como substituir essa política.

A política de aumento da capacidade de refino na Petrobras já foi tentada durante governos petistas. A partir de 2006, vieram projetos de novas refinarias — especialmente o Comperj (no Rio de Janeiro), e Abreu e Lima (em Pernambuco) — e as refinarias premium (no Maranhão e no Ceará). Os investimentos não aconteceram na dimensão que se projetava e viraram alvos da Operação Lava-Jato, que apontou esquemas de desvios de dinheiro em obras da empresa.

REFORÇO EM RENOVÁVEIS

A Petrobras projetava chegar à marca de 3,4 milhões de barris refinados por dia em 2015, o que colocaria o Brasil entre os cinco países com maior produção de derivados de petróleo. Essa marca nunca foi atingida e não consta dos planos atuais. Em 2021, as refinarias da Petrobras processaram 1,9 milhão de barris por dia, volume próximo do registrado em 2008.

O documento da transição recomenda fortalecer a participação da Petrobras principalmente no segmento de gás natural, no abastecimento e em renováveis. Por isso, quer revisar o acordo com o Cade que obrigou a empresa a se desfazer de oito de suas 13 refinarias.

O acordo também obriga a Petrobras a se desfazer de todos os ativos de gás natural, o que, para a transição, pode criar dificuldades para a expansão da infraestrutura de gás no curto prazo. A equipe quer também interromper os processos de desenvolvimento, em curso na estatal.

O documento da transição fala ainda em implementar uma nova política de conteúdo local que, segundo o texto, visaria reinserir os fornecedores nacionais na cadeia produtiva de óleo e gás, levando-se em conta a nova realidade do setor.

“Isso não significa retomar elevados percentuais de compras nacionais, mas criar um modelo que permita uma participação em determinadas fases do processo de exploração e produção (de petróleo)”, diz o texto.

Percentuais considerados elevados de conteúdo local foram uma das marcas da política energética do governo Dilma Rousseff (2011-2016), o que foi criticado por especialistas. Depois, esses percentuais diminuíram, o que reduziu o valor gasto com empresas brasileiras em serviços e projetos durante a exploração e a produção das áreas. Para o mercado, é considerado um alívio nos custos operacionais.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/12/2022

Seção: Rio

Autor: Rafael Galdo e Selma Schmidt

Título: Equilíbrio sensível: Com queda do ICMS, dinheiro da Cedae e alta dos royalties ajudam a fechar o orçamento

A redução da alíquota do ICMS de combustíveis, energia e telecomunicações, que já provocou perdas de R\$ 3,3 bilhões aos cofres do Rio neste segundo semestre de 2022, fará com que o estado arrecade R\$ 6,4 bilhões a menos com o imposto em 2023, segundo estimativas da Secretaria estadual de Fazenda (Sefaz). Mas, para manter as contas fluminenses equilibradas, essa não é a única equação que o governador Cláudio Castro terá que resolver em seu novo mandato. O ano começa com mais desafios, como o pagamento da segunda parcela da reposição salarial dos servidores. E Castro ainda precisa de espaço fiscal para cumprir sua promessa de aumentar o salário dos professores. Tudo isso sem se desviar das regras do Regime de Recuperação Fiscal —que suspende pagamentos das dívidas com a União —, em um cenário de troca de comando no governo federal.

No balanço geral, porém, a situação dos cofres do Rio é distinta da vista na crise financeira da última década. Para 2023, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) aprovado semana passada na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) prevê o segundo ano consecutivo sem déficit, ou seja, sem que o estado gaste mais do que arrecada: a estimativa é de R\$ 102,35 bilhões tanto em receitas quanto nas despesas.

RECEITA ACIMA DO PREVISTO

A análise de como se comportou a arrecadação em 2022 também aponta um panorama de menos aperto, apesar da queda nos recursos do ICMS. Segundo dados da Transparência do estado consultados na última segunda-feira, até então a receita realizada pelo Rio alcançava R\$ 98,44 bilhões, acima do previsto inicialmente no orçamento (cerca de R\$ 92,92 bilhões).

“O Estado tem recursos garantidos para manter suas atividades normalmente, viabilizando a prestação dos serviços públicos e os pagamentos em dia a servidores e fornecedores. Esse equilíbrio das contas públicas pode ser atribuído às medidas adotadas para o ingresso no Regime de Recuperação Fiscal, como a concessão dos serviços de saneamento”, afirma a Sefaz, em nota.

Com relação à privatização de parte da Cedae, o governo afirma já ter recebido aproximadamente R\$ 11 bilhões. Entre 2021 e 2022, cerca de R\$ 5,5 bilhões foram usados, por exemplo, em obras e ações sociais. Para o ano que começa domingo, diz a Sefaz, serão mais de R\$ 4,1 bilhões desse recurso em caixa para projetos de investimento.

Segundo economistas, outro fator que beneficia o Rio é o aumento dos royalties do petróleo. De janeiro a novembro deste ano, o estado já havia recebido quase

R\$ 29,6 bilhões em royalties e participações especiais, 60,5% a mais que o no mesmo período de 2021. Os mesmos especialistas, no entanto, ressaltam que essa é uma fonte volátil, ao sabor do preço do barril de petróleo, o que exige cautela nas previsões de recursos futuros.

Já quanto ao ICMS, que é o principal imposto estadual, o deputado Luiz Paulo, presidente da Comissão de Tributação da Alerj, resalta que a redução para 18% da alíquota sobre produtos e serviços considerados essenciais afetou, principalmente, o que o Rio arrecada sobre a gasolina. A medida entrou em vigor em julho deste ano, depois de o presidente Jair Bolsonaro ter sancionado leis complementares federais que visavam a conter uma escalada da inflação.

— Há questões que já estão muito claras. O diesel é bem essencial, porque abastece os veículos que transportam carga e pessoas. Mas a gasolina é um bem essencial? Não considero — questiona o deputado.

Ele lembra que alguns governadores entraram com ação de inconstitucionalidade contra a medida, o que não foi o caso do Rio. E diz que serão fundamentais as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema—debates em Brasília que também são destacados pela Sefaz. “Estão sendo discutidas, em âmbito nacional, as estratégias e os caminhos para fazer a compensação das perdas de receita”, pontua a pasta.

Porém, o agravante, afirma Luiz Paulo, é que quedas na arrecadação de impostos atingem justamente setores básicos do estado, como educação e saúde. Nesse sentido, um levantamento feito por técnicos de seu gabinete aponta que, até novembro deste ano, o governo fluminense vinha aplicando valores muito próximos dos mínimos constitucionais nas duas áreas (estabelecidos, respectivamente, em 25% e 12% das receitas resultantes de impostos e transferências). Na educação, esse índice estava em 24,74%, e, na saúde, 12,44%.

— Com as verbas da Cedae, o estado tem dinheiro em caixa para fazer investimentos. Mas como segura o resto? —indaga Luiz Paulo.

SAÚDE E EDUCAÇÃO NA MESMA

Já no detalhamento do PLOA de 2023, as despesas previstas para as duas funções mantêm-se praticamente estagnadas. Para 2022 — em valores corrigidos pelo IPCA até novembro pelo economista André Marques, do Insper —, a educação teria R\$ 9,8 bilhões, e a saúde, R\$ 10 bilhões. Na previsão para 2023, pouco muda: a educação deve ter o mesmo valor e, a saúde, R\$ 10,1 bilhões.

Na segurança, por sua vez, o aumento é considerável. Também em valores ajustados pela inflação, as despesas estimadas para 2022 eram de R\$ 14,1 bilhões. Para o ano que vem, serão R\$ 15,9 bilhões, 12,8% a mais. Mas a delegada e deputada Martha Rocha faz a ressalva: caíram os valores destinados à gestão da frota da Polícia Civil, ao combate à corrupção e ao setor de investigação.

Já sobre os demais desafios que batem à porta do governador a partir da semana que vem, na redação final do PLOA aprovada na Alerj — e que está à espera de sanção de Castro — foi incluído um artigo para determinar a previsão de dotação orçamentária para efetivar a reposição das perdas salariais dos servidores estaduais estabelecida na Lei 9.436/21. A medida do fim do ano passado autorizou a reposição salarial dos servidores referente ao período de 6 de setembro de 2017 a 31 de dezembro de 2021 em três parcelas. A primeira, de 50% do IPCA acumulado, foi paga no início de 2022. Agora, o governo deve recompor outros 25% no primeiro bimestre de 2023, e mais 25% no primeiro bimestre de 2024.

Há ainda o aumento dos professores prometido por Castro na eleição, para tentar enquadrar o Rio no piso nacional da categoria, que é de R\$ 3.845. Logo após a vitória nas urnas, o governador reiterou que buscaria cumprir o piso ou na integralidade ou no máximo que fosse possível dentro do espaço fiscal que tivesse. O desenrolar dos próximos meses responderá.

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862-1927)



Quarta-feira 28 de DEZEMBRO de 2022 • R\$ 6,00 • Ano 143 • Nº 47188
estadão.com.br



Brasília se prepara para posse do novo presidente

A poucos dias da cerimônia, trabalhadores que participam da montagem das estruturas observam ensaio de militares na rampa do Palácio do Planalto. Jair Bolsonaro não deve fazer a transmissão de cargo para Luiz Inácio Lula da Silva no dia 1º. **A7**

TRANSIÇÃO Segurança **A7**

Equipe de Lula vai ao STF para barrar porte de arma na posse

Medida valerá em Brasília até dia 2 e prevê prisão de infrator

O futuro ministro da Justiça, Flávio Dino, disse que o governo eleito entrou com ação no Supremo Tribunal Federal para suspender o porte de armas no Distrito Federal a partir de hoje. A ideia é evitar pessoas armadas na capital durante a posse de Luiz Inácio Lula da Silva no dia 1º. Se aprovado o requerimento, os efeitos

300 mil pessoas é o público esperado na posse de Lula, de acordo com a equipe de transição de governo

deverão valer até o dia 2 de janeiro e se estenderão aos CACs (colecionadores, atiradores e caçadores). O pedido foi apresenta-

do pelo delegado Andrei Passos Rodrigues, coordenador da segurança de Lula. "Se houver atendimento do STF do nosso pleito, quem eventualmente portar arma estará não só sujeito a apreensão de arma, mas também a prisão em flagrante", disse Dino. Além de revistas na Esplanada dos Ministérios, haverá barreira antidrone, com fechamento do espaço aéreo.

Petista ainda precisa anunciar 16 ministros

A quatro dias da posse, Lula ainda não conseguiu destravar as negociações políticas para completar a equipe ministerial. Há 16 pastas sem confirmação oficial dos titulares.

A Fundo **C6 e C7**

Quer salvar a Terra? Comece pelas baleias

Cientistas examinam como esses animais podem ajudar a reduzir a quantidade de carbono na atmosfera.



Internacional **A12**

Cristãos devem ser minoria nos Estados Unidos até 2040

Corrida de São Silvestre **A15**

Participantes já podem retirar os kits no Anhembi

Tendências C1

Quem deve bombar na música e na literatura em 2023

Notas e Informações **A3**

Bagunça golpista exige punição

Maurício Benvenutti **B10**

Jamais deixe o presente restringir suas opções

Maria Fernanda Rodrigues **C5**

Todos os livros que quero ler em 2023

E&N Novo governo **B4**

Simone Tebet aceita convite para assumir Ministério do Planejamento

Não há plano, porém, de levar para a pasta bancos públicos e Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), informou Alexandre Padilha.

Vera Rosa **A7**

O bilhete que Tebet abriu antes do Natal

E&N Mudança de plano **B1**

Lula veta extensão de corte de tributos que seguiu preços de combustíveis

Fernando Haddad e Paulo Guedes tinham acertado prorrogar desoneração por um mês.

Massacre do Carandiru **A13**

Aras pede ao STF suspensão imediata de indulto que beneficiou PMs

Para procurador-geral da República, medida de Bolsonaro afronta órgãos internacionais.

Covid-19 **A14**

Saúde amplia vacinação para todas as crianças de mais de 6 meses

Quase cem dias após Anvisa, governo atesta eficácia da Pfizer Baby a menores de 5 anos.

JHSF

APRESENTA

A VISTA

MAIS

IMPRESSIONANTE

DA CIDADE.



RESERVA
CIDADE JARDIM

VerCapas.com.br

Veja nas páginas A8 e A9.

Edição de hoje

3 CADERNOS - 39 páginas



Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes. A Fundo. Para fechar... E&N. Destacar Economia & Negócios. Hoje, excepcionalmente, JC, Jornal do Carro, circula junto com E&N - Economia & Negócios



C2. Cultura & Compartimento

Tempo em SP 19' Min. 29' Máx.



ISSN - 1016-2931

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 102 * Nº 34.237

QUARTA-FEIRA, 28 DE DEZEMBRO DE 2022

R\$ 6,00

Corrida B10

Quem perdemos

Ano levou Jô Soares, Isabel Salgado, Gal Costa, Cláudia Jimenez e outros ícones da TV, da música e do esporte

Ilustrada B6

Livros subiram de preço, ganharam mulheres e viram censura à espreita

Política A8

Brasileiros otimistas

Para 60% dos brasileiros, 2023 será melhor do que 2022, diz Datafolha. Com mais polarização, a taxa caiu ante 2021

Ciência B5

Mundo celebra os 200 anos de Pasteur, cientista francês que mudou a história

Tebet aceita Planejamento, mas fica sem bancos oficiais

Senadora do MDB, símbolo da coalizão pró-Lula, queria cargo na área social

Terceira colocada no primeiro turno deste ano e símbolo da tentativa de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de montar uma base de apoio além da centro-esquerda, Simone Tebet aceitou integrar o futuro governo do petista.

A senadora em fim de mandato pelo MDB-MS será ministra do Planejamento.

A decisão ocorreu após Tebet ver sua pretensão de ocupar o Ministério do Desenvolvimento Social, área de grande visibilidade para seus planos políticos, ser frustrada pelo PT.

Lula chegou a ofertar a ela o Meio Ambiente, que acabou com outra aliada insatisfeita, Marina Silva (Rede).

O partido de Lula também impediu que uma outra demanda de Tebet fosse aceita: a possibilidade de que o Planejamento também abrigasse Caixa e Banco do Brasil.

O formato negociado deve manter o Planejamento com parcerias e investimento, mas dividindo funções com Fazenda e Casa Civil.

As duas pastas serão lideradas por petistas. A Fazenda também irá receber controle sobre o estratégico Conselho de Controle de Atividades Financeiras, hoje sob o BC. Mercado A13 e A14

Sônia Guajajara será a 1ª ministra dos Povos Indígenas Cotidiano B2



Pedro Ladeira/Folhapress

MILITARES ENSAIAM A POSSE, E EQUIPE DE LULA PEDE SEGURANÇA CONTRA AMEAÇAS

Soldados ensaiam subida de Lula na rampa do Palanete, que ocorrerá domingo; time do presidente eleito pediu fechamento da Esplanada dos Ministérios para varredura já na sexta Política A6

Manifesto alerta para mudanças no saneamento

Após grupo de Cidades da equipe de transição de Lula sugerir a criação de um novo marco do saneamento, barrando concessões e privatizações, associações do setor enviaram carta ao governo eleito apontando retrocesso. Mercado A14

Haddad não quer a prorrogação da desoneração de combustíveis

Mercado A14

Saúde amplia vacina da Covid a crianças de 6 meses a 4 anos

Saúde B4

Aras vai ao STF contra indulto do caso Carandiru

O procurador-geral Augusto Aras acionou o Supremo Tribunal Federal contra indulto de Natal dado por seu aliado Jair Bolsonaro (PL) a condenados, incluindo policiais militares que participaram do massacre de Carandiru. Cotidiano B2

Governo não será aparelhado, diz futuro ministro

Anunciado para a Secretaria-Geral da Presidência, o deputado federal Márcio Macêdo (PT-SE) afirma que os movimentos sociais terão no governo federal um endereço para levar seus pleitos, mas que não o aparelharão. Política A7

Lula pede fim negociado de protestos, mas admite retirada

O futuro ministro da Justiça, Flávio Dino, disse que Lula quer o fim pactuado dos atos que pedem um golpe militar contra sua posse dia 1º, mas que "se não houver essa providência, outras serão tomadas". A descoberta de uma bomba com um bolsanista no sábado aumentou o alerta acerca da segurança da cerimônia, e Dino foi ao governador do DF discutir o caso. Política A6

Tarcísio terá de cumprir 1 promessa a cada 12 dias em SP

O governador eleito de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), precisará cumprir uma promessa a cada 12 dias de mandato para honrar os 124 compromissos na eleição. Saúde e infraestrutura são os mais citados. Política A4

Bernardo Guimarães

Política econômica não começa com bons presságios

Economistas aprenderam muito sobre desenvolvimento e produtividade em 30 anos. Pelo trabalho acadêmico do futuro titular Guilherme Mello, esse aprendizado estará ausente da Secretaria de Política Econômica. Mercado A18

EDITORIAIS A2

Autocontenção

Sobre normas do STF para decisões monocráticas.

Receita incerta

Acerca de arrecadação do governo federal em 2023.



Eduardo Knapp/Folhapress

TRANSPORTES AVANÇAM E ATRASAM SOB O PSDB EM SP

Trecho abandonado do Rodoanel na zona norte de São Paulo, projeto com atrasos que superam dez anos e que simboliza alguns dos problemas na área de transportes nos 28 anos de gestão tucana no estado, marcada também por melhorias Cotidiano B1

ISSN 0108-5723

34237
9 771414 572049

ATMOSFERA

São Paulo hoje

29° 19°
0h 6h 12h 18h 24h
Fonte: www.climatempo.com.br

Depois da Copa: Com Mbappé e Neymar, mas sem Messi, PSG volta a campo hoje PÁGINA 24

Teatro em 2022: Retomada variada, do monólogo ao musical SEGUNDO CADERNO

O GLOBO



Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 28 DE DEZEMBRO DE 2022 ANO XXVIII - Nº 32.650 - PREÇO DESTA EXEMPLAR NORJ - R\$5,00

QUASE LÁ

Tebet aceita convite para assumir o Planejamento

'Sim' da senadora deve destravar nomeação do Gabinete de Lula

A senadora Simone Tebet (MDB-MS), símbolo da frente ampla que deu a vitória ao presidente eleito Lula, aceitou o Ministério do Planejamento, a quarta pasta para que foi

cotizada. O MDB não logrou "turbinar" o Planejamento com a inclusão de bancos públicos. Tebet, que frequentemente diverge das diretrizes econômicas do PT, participa

da gestão do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), comandado pela Casa Civil. Sua indicação deve destravar o anúncio do restante do Ministério. PÁGINA 4

PF: o mesmo grupo plantou bomba no DF e queimou carros

A Polícia Federal identificou que o mesmo grupo bolsonarista foi responsável por atos de vandalismo no dia da diplomação do presidente eleito Lula e pela tentativa de atentado a bomba no aeroporto de Brasília. Flávio Dino, futuro ministro da Justiça, defendeu o fim do acampamento diante do QG do Exército. PÁGINAS 6 e 7

Governo Lula avalia ampliar influência na Eletrobras

Relatório da equipe de transição recomenda ao novo governo analisar a viabilidade jurídica de medidas para elevar sua influência na Eletrobras pós-privatização. O texto sugere adiar assembleias, entre outras ações. Analistas veem risco de judicialização se a proposta for adiante. Papéis da Eletrobras caíram mais de 2%. PÁGINA 13



— Planejei o Planejamento!

Haddad pede que isenção de combustível não seja prorrogada

Futuro ministro da Fazenda diz que objetivo é avaliar impacto da isenção de PIS/Cofins sobre gasolina, diesel e gás de cozinha. PÁGINA 14

EDITORIAL
DESCONTROLE DA DÍVIDA É PROFECIA AUTORREALIZÁVEL
PÁGINA 2

VERA MAGALHÃES
Haddad terá papel de maestro
PÁGINA 2

Tesouro lança título para complementar aposentadoria

Entenda como funciona a nova modalidade que pode garantir a pessoas físicas uma renda mensal por 20 anos. PÁGINA 16

INSS tem fila de 1,1 milhão à espera de benefício

Novo governo terá desafio de tornar área mais eficiente, mas especialistas acreditam ser possível destravar fila de forma planejada. PÁGINA 15



Réveillon com mais vigilância

Turistas aproveitam o sol nas areias de Copacabana em frente a um dos palcos montados para os shows do réveillon, festa que terá um efetivo policial 24,5% maior que no ano passado. No esquema de segurança, a novidade são os 16 pontos de bloqueio com detectores de metal, que não permitirão ao público entrar com arma ou qualquer objeto cortante de metal, nem a faca para destrinchar quitutes da ceia. PÁGINA 22

MELODIAS DO AMOR

Gosto musical reflete forma de se relacionar

Ansioso, evasivo, uma mistura dos dois, ou confiante. De Beyoncé ao U2, pesquisa revela como uma playlist pode indicar o estilo de uma pessoa se envolver com outra. PÁGINA 19

'Caça às bruxas' ainda ocorre em pleno século XXI, mostra ONU

Relatório cita perseguição e morte de mulheres acusadas de feitiçaria em 50 países de África, Sudeste Asiático e América Latina. PÁGINA 17



De graça. Sessão de cinema com pipoca em aldeia indígena pataxó no Sul da Bahia

PELO BRASIL Diversão e saber unidos na tela

Projeto CineSolar, que usa a luz do Sol como energia, leva arte e aulas sobre sustentabilidade, tecnologia e ciência a diversas cidades do país. PÁGINA 11

Dinheiro da Cedae e alta dos royalties compensam queda de ICMS no Rio

Orçamento do estado para 2023 não prevê déficit pelo segundo ano consecutivo, apesar da perda de R\$ 6 bilhões com a redução de ICMS, principalmente, de combustíveis. PÁGINA 21

Bope e Core seguem sem previsão de câmeras em fardas

Tropas de elite estiveram nas ações mais letais dos últimos anos. Governo do Rio alega que uso coloca em risco policiais e terceiros. PÁGINA 22

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 28 DE DEZEMBRO DE 2022

NÚMERO 21.835 • 26 PÁGINAS • R\$ 3,00



R\$ 500 MILHÕES

Prêmio recorde acende a esperança dos brasileiros. Sorteio será realizado no sábado

PÁGINA 7

Ibaneis mobiliza todo efetivo policial para a posse de Lula

Governador também anunciou negociações para acelerar a retirada do acampamento no QG

As polícias Militar e Civil, o Corpo de Bombeiros e os sistemas de inteligência do DF vão trabalhar em sua totalidade para a segurança nos eventos de 1º de janeiro. O anúncio foi feito

por Ibaneis Rocha (MDB), no Palácio do Buriti, ao lado dos futuros ministros da Defesa, José Múcio, e da Justiça, Flávio Dino. A tentativa de atentado terrorista no Aeroporto JK, no sábado,

elevou a tensão em Brasília às vésperas da posse de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência, e também aumentou a pressão para a desmobilização do acampamento bolsonarista nas

imediações do QG do Exército. "Não consideramos como movimento legítimo o que vem acontecendo. Queremos ter a pacificação da nossa cidade e do nosso país", discursou Ibaneis.

Dino pede suspensão do porte de arma

O futuro ministro da Justiça vai solicitar ao STF que apenas as forças de segurança sejam autorizadas a levar armamento em Brasília até 2 de janeiro. A ação será avaliada por Alexandre de Moraes, relator do inquérito dos atos antidemocráticos, e atingiria diretamente os chamados CACs.

Terroristas

Alan fugiu do DF. George fez baderna

Um dos suspeitos do atentado deixou a cidade. Já o paraense preso no sábado participou do ato de vandalismo do dia 12.

Mariana Lima/Ep/CP/DA Press



Mariana Lima/Ep/CP/DA Press



"Esplanada é um queijo suíço"

Preocupado com Lula, Chico Vigilante (PT) sugere ao velho amigo que faça o percurso da posse em carro blindado. O deputado crítico, no CB.Poder, a escolha de Anderson Torres para a Segurança do DF.

Cerimônia

Ensaio do evento é feito no Congresso

Funcionários do Senado participaram da simulação para cronometrar cada etapa da solenidade (E).

PÁGINAS 2 A 4

Lula convida e Simone Tebet aceita Planejamento

Depois de longa negociação, a senadora do MDB, uma das primeiras aliadas do petista no 2º turno, vai ocupar uma vaga no governo. Pasta, no entanto, não terá os bancos estatais. PÁGINA 6

Liberada vacina para bebês

Ministério da Saúde amplia uso do imunizante contra a covid-19 para crianças a partir dos seis meses a 4 anos e 11 meses. PÁGINA 5

Denise Rothenburg

Tebet ganha um farol para ver todo o governo. PÁGINA 4

Luiz Carlos Azedo

Medidas de Lula afastam os não bolsonaristas. PÁGINA 3

Amauri Segalla

Economia brasileira ficará nas mãos de antagonistas. PÁGINA 8

Samanta Sallum

Nomeação de Torres depende apenas de assinatura. PÁGINA 14

Mariana Lima/Ep/CP/DA Press



Empreender, um desafio para o Brasil

Superintendente do Sebrae-DF Valdir Oliveira está se despedindo do cargo e é o entrevistado desta semana do Podcast do Correio. PÁGINA 14

Concurso da AGU terá 300 vagas

A Advocacia-Geral da União lançou editais para três seleções. São chances para advogado da União (100); procurador da Fazenda Nacional (100); e procurador federal (100). O salário é de R\$ 21 mil.

PÁGINA 7

Arquivo pessoal



O espaço como inspiração

Vencedora do Demoday by Brasil Startups 2022, a Ideia Space leva sua tecnologia, baseada em missões espaciais, para as salas de aula. "Toda evolução começa com uma ideia", diz o CEO Leonardo Julio Chagas Souza. CAPITAL S/A, PÁGINA 15

Música

Teu amor resgata

Banda de rock Projeto Novo lança videoclipe com mensagem sobre o amor de Deus.

PÁGINA 21

Suprema Corte mantém Título 42

Juízes abonam medida sanitária adotada pelo governo Trump no início da pandemia para barrar a entrada e expulsar migrantes dos EUA. PÁGINA 9



9 771 808 266042

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 (61)99158.8045 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166 (61)99256.3846

VerCotas.com.br

MME / ASCOM .